



Coletivos e estudantes/pesquisadores(as) indígenas aldeando a Universidade Federal de São Carlos

Marcos José de Aquino Pereira¹ (UFSCar - marcosdiaquino@gmail.com)
Anacleide Assunção Costa Aguiar Dessano² (UFSCar - anacleide44@estudante.ufscar.br)
Jocimara Braz de Araújo Pataxó³ (UFSCar - jocipataxo@gmail.com)
Pedro Manoel da Silva Santos Pankararu⁴ (UFSCar - pedromanoelpg@gmail.com)
Ivanildo da Silva Ferreira Baniwa⁵ (UFSCar - ferreiraiivanildo@estudante.ufscar.br)
Vanessa Jacilda da Silva Atikum⁶ (vanessajacilda@gmail.com)

Resumo: A presença indígena na universidade tem se tornado uma realidade não apenas numérica como também vem impactando e transformando os seus *campi*, tanto individualmente nas salas de aula, na graduação e pós-graduação, quanto em coletivos que atuam na promoção de eventos, na organização e mobilização da indiagem em suas lutas pela garantia de direitos e pela (re)ocupação de espaços. Neste artigo trazemos as vivências de 3 estudantes indígenas da Universidade Federal de São Carlos, que alcançaram o sonho de cursar o mestrado, enfrentando muitos desafios em suas jornadas e encontrando no apoio mútuo, através do coletivo Centro de Culturas Indígenas, do grupo de pesquisa NALDEIA e do projeto “Aldear a Pós da UFSCar”, estratégias para superar as dificuldades e reafirmar sua ancestralidade, identidade e força. Utilizamos a pesquisa narrativa e a coautoria para trazer essas vozes, que tem ecoado cada vez mais forte dentro da universidade e na escrita acadêmica.

Palavras-chave: Estudantes indígenas, Presença indígena, Coletivos indígenas.

Collectives and indigenous students/researchers villageing the Federal University of São Carlos

Abstract: The indigenous presence at the university has become a reality not only in numbers but also has impacted and transformed their campuses, both individually in classrooms, undergraduate and postgraduate courses, and in collectives that work to promote events, organize and mobilization of indiagem in their struggles to guarantee rights and (re)occupy spaces. In this article we bring the experiences of 3 indigenous students from the Federal University of São Carlos, who achieved their

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA) e sócio-pesquisador da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (SPQMH).

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA), participante do Centro de Culturas Indígenas da UFSCar (CCI) e pertencente ao povo Dessano.

³ Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA), participante do Centro de Culturas Indígenas da UFSCar (CCI) e pertencente ao povo Pataxó.

⁴ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA), participante do Centro de Culturas Indígenas da UFSCar (CCI) e pertencente ao povo Pankararu.

⁵ Graduando em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA), participante do Centro de Culturas Indígenas da UFSCar (CCI) e do PET Indígena Ações em Saúde e pertencente ao povo Baniwa.

⁶ Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA), participante do Centro de Culturas Indígenas da UFSCar (CCI) e do PET Indígena Ações em Saúde e pertencente ao povo Atikum.



dream of pursuing a master's degree, facing many challenges in their journeys and finding mutual support, through the collective Centro de Culturas Indígenas, from the NALDEIA research group and the project “Aldear a Pós da UFSCar”, strategies to overcome difficulties and reaffirm your ancestry, identity and strength. We use narrative research and co-authorship to bring these voices together, which has resonated increasingly loudly within the university and also in academic writing.

Keywords: Indigenous students, Indigenous presence, Indigenous collectives.

Colectivos y estudiantes/investigadores indígenas aldeando la Universidad Federal de São Carlos

Resumen: La presencia indígena en la universidad se ha hecho realidad no sólo en números sino que también ha impactado y transformado sus campus, tanto de manera individual en aulas, cursos de pregrado y posgrado, como en colectivos que trabajan para promover eventos, organización y movilización de los pueblos indígenas en sus luchas por garantizar derechos y (re)ocupar espacios. En este artículo traemos las experiencias de 3 estudiantes indígenas de la Universidad Federal de São Carlos, que lograron su sueño de realizar una maestría, enfrentando muchos desafíos en sus caminos y encontrando apoyo mutuo, a través del colectivo Centro de Culturas Indígenas, de la el grupo de investigación NALDEIA y el proyecto “Aldear a Pós da UFSCar”, estrategias para superar dificultades y reafirmar su ascendencia, identidad y fortaleza. Utilizamos la investigación narrativa y la coautoría para resaltar estas voces, que han hecho eco cada vez más fuerte dentro de la universidad y en la escritura académica.

Palabras clave: Estudiantes indígenas, Presencia indígena, Colectivos indígenas.

1. Introdução

A escrita deste artigo por 3 pesquisadores(as) indígenas mestrando(as), 1 estudante indígena da graduação e 1 indígena recém graduada é por si a materialização da temática do presente dossiê que reflete sobre os processos de (re) afirmação/ (re)ocupação de mundos, tendo a universidade⁷ e o meio acadêmico como corpos-territórios a serem conquistados. A eles(as) soma-se 1 pesquisador não indígena que vem há alguns anos trabalhando com estudantes indígenas e fazendo o que este texto pretende demonstrar: que a sociedade não indígena deve ouvir e aprender com os povos originários.

Uma oportunidade de fazer isso tem se apresentado com a vinda de indígenas para a universidade, trazendo consigo os conhecimentos de seus povos, milenarmente construídos e representativos da diversidade indígena no território brasileiro, já chamado Pindorama. Trazem

⁷ Utilizamos a palavra universidade no singular significando todo o “sistema de ensino superior, compreendendo, pois, os estabelecimentos de ensino superior com sua função específica de ensino, ou de ensino, pesquisa e extensão integradamente” (Silva; Silvério, 2003: 43).



também suas epistemologias, estéticas, filosofias e formas outras de vida e relação entre si e com a natureza.

Infelizmente muitas dessas experiências têm sido desperdiçadas pelo despreparo das instituições de educação superior em receber, acolher e dialogar com essa rica diversidade trazida pela presença indígena em seus *campi*, tornando-a repleta de ausências (Aquino Pereira; Araújo Pataxó, 2024).

São inúmeros os desafios, dificuldades e sofrimentos que os(as) indígenas encontram quando deixam suas comunidades e se lançam à universidade. Desde a saudade que sentem de suas famílias, muitas vezes sendo a primeira vez que deixam suas aldeias para viver na sociedade não indígena, as diferenças no modo de vida e nas relações pessoais, horários, alimentação diferente, falta do contato com a natureza, uso da língua portuguesa, que em alguns casos não é a sua língua materna, os entraves no ambiente universitário e nos cursos, os racismos, preconceitos e exclusões.

Alguns(mas) desistem, mas muitos(as) persistem e têm construído histórias de resistência e alcançado inúmeras realizações.

É o caso das duas mestrandas e um mestrando indígenas que enfrentaram os desafios e os transformam em conquistas, com o apoio da indiagem⁸ e dos coletivos, grupos e ações criados a partir dela. Por suas jornadas, têm transformado ausências em presenças indígenas, na universidade, no âmbito da pesquisa e no meio acadêmico, com a atuação juntamente com outros(as) estudantes indígenas da graduação e graduados(as), no coletivo Centro de Culturas Indígenas (CCI) e nos PETs Indígenas “Ações em Saúde” e “Conexões e Saberes”, na criação e na articulação do projeto “Aldear a Pós da UFSCar” e do grupo de pesquisa “Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiayala” (NALDEIA), através dos quais têm atuado no estudo, na pesquisa, em palestras, organização e participação de eventos acadêmicos e publicações, (re)afirmando suas identidades e de seus povos, registrando, produzindo e divulgando seus conhecimentos permeados pela ancestralidade e (re)ocupando espaços antes interditados a eles(as), num movimento de contracolonização, decolonização e (re)visibilização

⁸ Esta é uma palavra cunhada e usada pelos(as) estudantes indígenas para significar o conjunto de indígenas da universidade, o seu pertencimento ao grupo de indígenas ou a própria identidade indígena. Ela emergiu como uma categoria analítica na pesquisa de doutorado “Processos Educativos do Centro de Culturas Indígenas: indiagem, acolhimento, desafio e conquista na Universidade Federal de São Carlos”, realizada em coautoria por 15 estudantes/pesquisadores(as) indígenas do CCI/UFSCar e 1 pesquisador não indígena (Aquino Pereira et al, 2022).



que tem se intensificado nos últimos anos, com cada vez mais pesquisadores(as) e professores(as) universitários(as) indígenas retomando territórios físicos e simbólicos⁹.

Para apresentar as vivências em suas jornadas acadêmicas até o mestrado, utilizamos a pesquisa narrativa (Clandinin; Connelly, 2015; Sahagoff, 2015) na qual “o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens experienciais quando vive, simultaneamente, os papéis de ator e investigador da sua própria história” (Souza, 2006: 26) e como meio de trazermos essas vozes, em sintonia com a oralidade, forma milenar de construção de conhecimentos dos povos originários como ensina Zaqueu Key Claudino (2013), do povo Kaingang, mestre em Educação. Assim, cada mestrando(a) indígena registrou, em relatos que integram este artigo, as suas memórias e impressões sobre a caminhada até a pós-graduação, suas expectativas agora como pesquisadores(as), o significado disso para si, para seus povos e para a presença indígena na universidade e no mundo acadêmico e como a sua participação nos coletivos indígenas apoiou o seu sucesso.

2. Presença indígena na universidade

Quando da invasão de Abiyala¹⁰ e das guerras de conquista contra os seus povos originários perpetradas por europeus, estima-se que habitavam em todo o continente aproximadamente 57,3 milhões de indígenas, sendo 47 milhões habitantes dos territórios hoje denominados como países latino-americanos, dos quais após cerca de 130 anos de massacres, escravizações e doenças causadas pelos invasores, apenas 10% restaram (Denavan, 1976; CEPAL, 2015).

Povos inteiros foram dizimados, sua gente, cultura e conhecimentos obliterados, em processos sistemáticos de genocídio, epistemicídio, apropriação e invisibilização:

o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o

⁹ Para destacar isso, fizemos questão de indicar as titulações acadêmicas e cargos docentes ocupados em universidades por autores(as) indígenas citados(as) neste texto.

¹⁰ Utilizamos a forma do povo Kuna ou Guna de nomear o continente, chamado após a invasão de América, que em sua língua significa Terra Madura, sendo que esse povo pediu ao pensador e líder indígena Aymara, Takir Mamani, que usasse e divulgasse esse nome como representação da resistência e da reafirmação indígena sobre o seu território originário, como explica Emil Keme (2018), professor, escritor e pesquisador indígena do povo Maia K'iche.



genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); (Santos, 1995: 328).

Apesar de toda essa violência muitos resistiram e sobreviveram, como explica Gersem Luciano Baniwa (2006: 57), doutor em antropologia social e o segundo professor indígena da Universidade de Brasília, sendo o primeiro no Departamento de Antropologia:

Os povos indígenas sempre resistiram a todo o processo de dominação, massacre e colonização europeia por meio de diferentes estratégias, desde a criação de federações e confederações de diversos povos para combaterem os invasores, até suicídios coletivos. A estratégia atual mais importante está centrada no fortalecimento e na consolidação do movimento indígena organizado.

Segundo Daniel Munduruku (2012: 222), primeiro pós doutor indígena em Linguística e escritor de mais de 60 livros, o Movimento Indígena apresentou “uma proposta efetiva de participação nos rumos da política indigenista brasileira e, ainda, oferecer a esta mesma sociedade um novo olhar sobre o que os povos indígenas podem oferecer para o futuro do país”, fazendo com que aquilo antes visto somente como uma presença genérica passasse “a ser encarado como um fato real, obrigando a política oficial a reconhecer os diferentes povos como experiências coletivas e como frontalmente diferentes da concepção de unidade nacional” (2012: 222).

Esse reconhecimento pleno da cidadania e do direito à diversidade para os povos indígenas, só foi garantido oficialmente com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como relembra Ailton Krenak, que foi uma das lideranças indígenas que participaram ativamente da luta pela defesa dos povos indígenas no texto constitucional e recentemente eleito primeiro escritor indígena imortal da Academia Brasileira de Letras:

Na Constituição de 1988, a gente conseguiu os direitos de organização de terra, de norma na lei, de que os locais onde os índios ainda vivem precisam ser respeitados. Aconteceu um grande avanço na questão da demarcação de terras. Mas não foi só. Antes não havia cidadania nenhuma, não podíamos ter associação. Quando criamos a União das Nações Indígenas, ela não podia existir formalmente. Isso foi mudado a partir de 1988 (Krenak, 2015: 226).

Apesar de destacarem-se, entre esses direitos garantidos, aqueles no âmbito educacional, como a educação escolar indígena diferenciada (Dal'bó, 2010), o seu acesso à educação superior



só entrou nas pautas governamentais na primeira década dos anos 2000, de forma que até o fim da década de 90, estudavam cerca de 500 indígenas em universidades (Paladino, 2012).

Houve intensa mobilização e luta dos movimentos indígenas nesse sentido, como na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I CONEEI), em 2009, que em seu documento final recomendou ao MEC e ao CNE a implementação de políticas para acesso e permanência de indígenas nas instituições de ensino superior. Assim, começaram a ser criadas e implementadas políticas públicas como a promulgação da Lei Federal 12.711/2012 (Brasil, 2012), que garantiu a reserva de 50% de vagas, em caráter obrigatório, para estudantes provenientes das escolas públicas de Ensino Médio, autodeclaradas pretos, pardos ou indígenas e pessoas de famílias cuja renda per capita fosse inferior a 1 salário-mínimo e meio, nas universidades federais (Doebber, 2017).

Essa e outras ações afirmativas, ao serem implantadas em algumas universidades, especialmente nas instituições públicas, foram decisivas para a ampliação da presença indígena nas universidades brasileiras no final da década de 2000 (Paulino, 2016).

A busca pela universidade por indígenas tem diversas motivações, que foram se alterando com o passar do tempo: se num primeiro momento buscavam formação profissional para ocupar espaços em suas comunidades e em órgãos públicos relacionados às questões indígenas, também buscam uma melhor interlocução com o Estado (Doebber, 2017) e mais recentemente têm almejado a continuidade dos estudos e a carreira de pesquisadores(as) e professores universitários(as).

Sobre a ida de indígenas para a universidade, escreve em forma de poema, a multiartista Márcia Wayna Kambeba, do povo Omágua Kambeba, que já vivenciou a graduação como estudante indígena e tendo sido pesquisadora no mestrado em Geografia é atualmente doutoranda em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal do Pará:

[...] Compreendi que a cultura é um rio
Corre manso para os braços do mar,
Assim não existem fronteiras
Para aprender, lutar e caminhar.
Hoje estamos nas Universidades,
Levamos junto nosso lugar,
A construção do conhecimento é uma teia,
Que liga a tua cidade com minha aldeia.
Sendo que minha identidade se constrói
Nas peculiaridades que em mim permeia,



Minha casa na cidade é também a minha aldeia,
Não perdemos nossa essência,
Somos o fino grão de areia! (Kambeba, 2017: s. p.).

Essa relação entre as aspirações de indígenas ao buscarem a universidade e como essa instituição os(as) recebe, apresenta descompassos, de forma que entendendo como Ailton Krenak (2018: 12) sobre a “presença dos povos indígenas na sociedade brasileira, que é uma coisa tão mal resolvida quanto a presença indígena na universidade brasileira”, percebermos que:

O debate acerca da presença indígena na universidade vem sendo feito em diversas ocasiões nos últimos anos, especialmente ressaltando as dificuldades relacionadas à permanência, a partir do acesso por meio de cotas, que gradualmente vão sendo implantadas por nossas universidades públicas no Brasil. [...] Nossa universidade paralisada em si mesma demorou muito para entender, não como uma concessão, mas como uma obrigação histórica, que deve, sim, inserir todos nós, todo mundo, toda essa gente que se constitui nesse Brasil, nos seus espaços de circulação (Krenak, 2018: 9-12).

Édson Kayapó, doutor em Educação e docente no programa pós-graduado em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, ao refletir com Kassiane Schwingel sobre o preparo da universidade para acolher a diversidade indígena, afirma que:

a universidade ainda não está preparada para a diversidade e não tem contemplado os saberes indígenas nos currículos e no cotidiano, o que faz com que as pessoas indígenas não se sintam parte do todo na instituição. Para além desse sentimento, o desconhecimento da temática indígena na universidade reforça preconceitos e cria situações tensas no dia a dia de estudantes indígenas (Kayapó; Schwingel, 2021: 13).

Assim, já que historicamente as instituições públicas do Estado Brasileiro demonstram dificuldades ao lidar com a grande diversidade dos povos indígenas, “as políticas de inclusão precisam estar intrinsecamente associadas ao reconhecimento da diversidade e da diferença” (Luciano Baniwa, 2019: 24), evitando que:

O que poderia representar riqueza, potencialidade e possibilidade de inovação político-administrativa, pedagógica, metodológica e epistemológica, a diversidade de línguas, de saberes, de culturas e de tradições indígenas acaba se tornando justificativa para não se implementar políticas públicas e, quando se faz, é quase sempre na perspectiva de homogeneizar processos que inibem e inviabilizam os direitos específicos (Luciano Baniwa, 2019: 21).

As ações afirmativas têm se mostrado uma política inclusiva tanto para o acesso quanto para a permanência de indígenas no ensino superior, o que traz outros impactos positivos, como



Luciano Ariabo Kezo, pesquisador e escritor do povo Balatiponé-Umutina, mestre em Linguística, reflete em sua fala proferida na II SBPC Indígena:

as ações afirmativas são mais do que uma medida provisória para eliminar a desigualdade, elas permitem que os estudantes indígenas mostrem na universidade a presença da diversidade cultural e epistemológica [...] elas são uma medida de autodeterminação, de trazer identidade étnica para a universidade, de trazer experiência, sem perder a essência, mas para somar [...] modificar a estrutura da universidade, a partir da nossa presença, das nossas reflexões. E estamos nos movimentando para isso (Dal'bo, 2010: 155).

Quando olhamos a presença indígena na universidade sob uma perspectiva numérica, vemos um perceptível avanço entre 2011 e 2021, com aumento de 374% nas matrículas de indígenas, com 46.252 em 2021 contra 7.256 em 2011. Desse total, 63,7% das matrículas de indígenas ocorreram em IES particulares e 27,3% em IES públicas, constituindo 0,5% da totalidade de universitários(as) e 3,3% dos(as) que se declararam como indígenas no Censo Demográfico de 2022, com prevalência da educação presencial com 70,8% e maior procura pelos cursos de direito, 10,6%, enfermagem, 6,7% e pedagogia 5,7%; e com 29,2% em Educação à Distância, com maior busca por pedagogia, 21,3% e administração, 7,0%, com predominância geral de mulheres indígenas com 55,6% (Semesp, 2023; IBGE, 2022; INEP, 2012; 2022).

Nesse crescimento numérico nos últimos 10 anos, se podemos vislumbrar o aumento gradual da presença indígena na universidade, também encontramos muitas ausências. Uma delas se manifesta nos programas de pós-graduação, com números bastante aquém de indígenas como pesquisadores(as) em nível de mestrado e doutorado (Aquino Pereira et al, 2022), em que se considere que excetuando-se ações esparsas em algumas universidades federais (Bonin, 2022), as ações afirmativas na pós-graduação para indígenas e negros só começaram a ser implementadas de forma mais efetiva após a promulgação pelo MEC da Portaria Normativa Nº 13, de 11 maio de 2016, que “[...] dispõe sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na Pós-Graduação” (BRASIL, 2016: 47).

Ainda assim, muitos entraves se colocam entre o(a) estudante indígena e o ingresso e permanência na Pós-Graduação, como dificuldades relacionadas aos processos seletivos, que muitas vezes exigem proficiência em línguas estrangeiras, desconsiderando que para muitos(as) indígenas a língua portuguesa já é o seu segundo idioma, por terem suas línguas maternas



indígenas; provas dissertativas, arguições, análise de currículo acadêmico como critérios excludentes e desiguais em relação aos(as) candidatos(as) não indígenas; dificuldade no acesso às bolsas de estudos, tendo que concorrer com não indígenas em mérito e produção acadêmica; estruturas de cursos que não reconhecem ou desconsideram os conhecimentos e metodologias dos povos originários e excluem autores(as) e obras indígenas em suas bibliografias e currículos; falta de apoio e acolhimento às necessidades e especificidades de indígenas (Aquino Pereira et al, 2022a),

Note-se que algumas dessas realidades também são enfrentadas na graduação, entretanto elementos como vestibulares diferenciados para indígenas e as bolsas permanência, moradia e alimentação oferecidos na graduação auxiliam em seu ingresso e manutenção nos cursos, o que quase não ocorre na pós-graduação com algumas exceções pontuais em que algumas universidades oferecem um dos benefícios e não os outros e vice-versa, tornando-se esse nível educacional um campo para a mobilização e luta de estudantes indígena por ampliação de direitos (Aquino Pereira et al, 2022a).

Uma das formas dessa mobilização ser articulada é através de coletivos indígenas nas universidades, espaços de (re)afirmação de suas identidades e de sua indiagem, que ao mesmo tempo atuam no acolhimento e apoio mútuo, na representatividade junto aos órgãos da instituição e como promotores de eventos que ajudam a difundir a presença indígena nos *campi* universitários (Aquino Pereira et al, 2022a).

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o Centro de Culturas Indígenas (CCI) tem esse papel. A vinda de estudantes indígenas para UFSCar teve início em 2008, ano da realização do primeiro Vestibular Indígena da instituição, e desde então escreve-se a história da presença indígena nos *campi* desta universidade. A criação do coletivo indígena CCI, em 2013, através da articulação, mobilização e luta dos(as) estudantes indígenas para a conquista de um espaço físico para se reunirem, é um momento marcante dessa história (Jodas, 2019).

O CCI representa um espaço de valorização e preservação das tradições e conhecimentos indígenas em um contexto acadêmico frequentemente dominado por perspectivas eurocêntricas. É composto por todos(as) estudantes indígenas regularmente matriculados na UFSCar, sendo um movimento indígena composto por vários povos, contando com um grupo de representantes, eleitos(as) através da votação da indiagem. A importância do CCI se manifesta em diversas dimensões.



Atua como elo entre a comunidade universitária e os indígenas, em um diálogo intercultural, e também a interação com a instituição e entre a academia e os saberes ancestrais, como nos eventos culturais promovidos, o CCI, como a Semana dos Estudantes Indígenas, na qual conhecimentos ancestrais são compartilhados, com palestrantes indígenas de diversas regiões do território brasileiro, já chamado Pindorama, realização de oficinas de pintura corporal com grafismos, aulas abertas de línguas indígenas, culinária típica de diversos povos, feira de artes indígenas, danças e cantos tradicionais e práticas ritualísticas com preces aos Encantados¹¹ para que olhem e protejam o campus universitário e todos(as) que nele convivem. Também através de palestras em escolas da região e no SESI São Carlos e debates promovidos em demais eventos na universidade os quais o CCI tem a oportunidade de ser convidado para participar (Aquino Pereira et al, 2022a; 2022b).

O coletivo organiza os(as) estudantes indígenas em prol de objetivos em comum, na luta e na resistência em prol da permanência estudantil, com a mobilização de manifestações e ações nesse sentido. Uma delas é o acolhimento, onde todos(as) os(as) estudantes indígenas ingressantes participam, aprendendo estratégias para lidar com as dificuldades e desafios com os(as) indígenas veteranos(as). Também são realizadas rodas de conversas, e reuniões periódicas em que são repassadas as orientações e planejamentos de demais eventos do CCI e da universidade. O CCI também tem o papel de fazer a mediação com os órgãos da UFSCar, com os quais dialoga sobre assuntos relacionados aos(às) indígenas.

Além do CCI, existem outras ações e iniciativas de promoção da presença indígena na UFSCar, como os Programas de Educação Tutorial Indígenas. Em 2010, seguindo as políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação, criaram-se grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes, quando foi lançado o Edital nº 09 – PET 2010, de acordo com a Nota Técnica Nº. 073/2010 /DIFES/SESu/MEC, que acolheu a submissão de propostas de grupos não só vinculados a cursos de graduação, vinculados a áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, buscando a correção de desigualdades regionais e a interiorização no estímulo a atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de

¹¹ Seres espirituais, habitantes do céu, das matas, rios ou de lugares sagrados, invocados por indígenas, segundo Graça Graúna (2010), pós-doutora em Literatura, Educação e Direitos Indígenas, pertencente ao povo Potiguara. Esta nomenclatura para se referir a esses seres é mais utilizada por povos indígenas da região Nordeste do Brasil, havendo variações entre cada povo. Por exemplo, entre os Yanomami, que habitam a região Norte, são chamados Xapiri, como explica Davi Kopenawa; xamã e liderança desse povo (Kopenawa; Albert, 2015).



graduação (Freitas, 2015). Foram criados 17 grupos PET específicos para estudantes indígenas, sendo dois grupos na UFSCar, a saber: PET Conexões e Saberes Indígenas e o PET Indígena - Ações em Saúde da UFSCar, sendo a primeira universidade a ter dois PETs indígenas do Brasil. (Callegari; Santos Neto; Carbol, 2015).

O Grupo PET Indígena - Ações em Saúde, é um grupo de aprendizagem multidisciplinar, multicultural, com experiência de vida diversas e ricas, são características marcantes do grupo, composta exclusivamente por graduandos indígenas, de diversas etnias e regiões, dos cursos da área de saúde e afins, que desenvolvem atividades de forma interdisciplinar. O grupo é composto por um tutor, estudantes indígenas de graduação, tendo a capacidade de receber até 12 petianos bolsistas e de 4 a 6 não-bolsistas. As suas ações de ensino, pesquisa e extensão focam na melhoria das condições de saúde nas comunidades indígenas e populações do município de São Carlos e região, bem como na valorização das práticas tradicionais indígenas em saúde (Callegari; Santos Neto; Carbol, 2015).

O Grupo PET Conexões e Saberes da UFSCar é diferenciado por suas características multicampi, multidisciplinar e multiétnico, representando a diversidade e a ampliação de saberes. Composto por uma tutora, estudantes indígenas de graduação, tendo a capacidade de receber também 12 petianos bolsistas e 6 não-bolsistas. Conta ainda, com professores, técnicos-administrativos e estudantes voluntários, de todos os *campi* da UFSCar (São Carlos, Sorocaba, Araras e Lagoa do Sino). Seu objetivo primordial é fomentar e executar ações voltadas para a pesquisa, o ensino e a extensão, de forma indissociável, com o propósito de promover o intercâmbio entre o conhecimento tradicional indígena e o conhecimento científico acadêmico.

O PET Indígena – Ações em Saúde está voltado à formação de profissionais indígenas capazes de colaborar na melhoria das condições da saúde indígena, nas comunidades populares e na valorização das Práticas Tradicionais de Saúde Indígena. O foco do Grupo PET Conexões e Saberes Indígenas é a valorização e proteção da cultura e conhecimento indígena. Embora cada grupo apresente características específicas, seus objetivos se sobrepõem e se complementam, o que torna valioso o contato contínuo entre os alunos dos dois Grupos PET para qualificação do trabalho.

Especificamente voltado ao apoio para o ingresso de indígenas na Pós-Graduação, foi criado a partir de suas necessidades, o Projeto “Aldear a Pós da UFSCar”, que sendo exclusivo para indígenas, conta com a realização de oficinas para elaboração de projetos de pesquisa, nas



quais são estudados os elementos básicos do seu desenvolvimento: delimitação de tema, levantamento bibliográfico e revisão de literatura, metodologias de pesquisa, estrutura da pesquisa, normas da ABNT; são feitas orientações individuais, acompanhamento na abertura dos processos seletivos da Pós-Graduação e apoio para inscrição; e preparação para apresentação, arguição ou entrevista.

Também, a partir da mobilização com estudantes indígenas, foi fundado o grupo de pesquisa “Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e estudos de Indiagem Abiyala” (NALDEIA), voltado prioritariamente aos(às) indígenas, mas contando com a participação de não indígenas.

O Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiyala (NALDEIA) surge a partir das demandas e necessidades apresentadas pelos(as) estudantes indígenas do Centro de Culturas Indígenas (CCI) em pesquisa de doutorado do PPGE/UFSCar, com a proposta de ser um espaço para o estudo, a reflexão, o debate e a divulgação no meio acadêmico sobre conhecimentos indígenas, apoiando a formação de pesquisadores(as) indígenas. O NALDEIA iniciou seus trabalhos em junho de 2023 a partir de diálogos entre Professores/as e Estudantes Indígenas e Não Indígenas vinculados da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sobretudo ao Centro de Culturas Indígenas (CCI), empenhados/as em fortalecer pessoas, identidades, filosofias, estudos (inclusive envolvendo ingresso e permanência na graduação e pós-graduação), da comunidade indígena participante da UFSCar, pautados nos princípios do bem-viver, da ecologia de saberes, da decolonialidade, da interculturalidade e das ações afirmativas. Os encontros acontecem na última segunda-feira de todo mês na sala 5 do Núcleo de Apoio aos Professores da UFSCar das 18 às 21 horas.

Os objetivos do NALDEIA são: Estudar obras de autores(as) indígenas; Pesquisar sobre temáticas indígenas, seus conhecimentos, práticas, epistemologias e filosofias; Apoiar estudantes indígenas nas suas apresentações em eventos acadêmicos, na escrita e publicação de artigos científicos; Organizar e promover eventos acadêmicos; Ser um espaço de educação intercultural na UFSCar. Por fim, temos como linhas de pesquisa: Estudos de Indiagem; Práticas Sociais Indígenas e Processos Educativos; Motricidades Indígenas; e Bem-Viver Interespécie.

Neste primeiro ano de atividades do grupo de pesquisa NALDEIA, pudemos colher os frutos do protagonismo indígena na produção de conhecimento ancestral em âmbito acadêmico: 1 artigo em revista nacional publicado e 1 artigo em revista internacional em vias de publicação,



1 artigo aceito para publicação e 1 artigo em análise; 1 artigo jornalístico publicado em jornal regional; 7 apresentações das pesquisas concluídas ou em andamento de estudantes indígenas nos encontros do NALDEIA; 1 comunicação na Semana dos Estudantes Indígenas; 6 textos de autores(as) indígenas estudados; 3 estudantes indígenas do NALDEIA no mestrado na Universidade Federal de São Carlos.

A presença indígena na universidade vai muito além de seu aspecto numérico, ela se manifesta ao trazer a diversidade, a ancestralidade e epistemologias e éticas outras como marca da presença de pessoas desses povos originários, que milenarmente vem construindo seu ser no mundo, sob perspectivas não dicotômicas e não antropocêntricas em relação aos demais seres vivos visíveis ou não e ao planeta (Munduruku, 2022), em um entendimento de que: “O futuro é ancestral. Ele é tudo que já existiu. Ele não é o que tá lá, em algum lugar. É o que está aqui” (Krenak *apud* Nunes, 2021: s.p.) e: “Em essência, o índio é um ser humano que teceu e desenvolveu sua cultura e sua civilização de modo intimamente ligado à natureza” (Jecupé, 2020: 19), ponderando que: “Os ameríndios e todos os povos que têm memória ancestral carregam lembranças de antes de serem configurados como humanos” (Krenak, 2020: 29) para os quais “o invisível faz parte do visível, assim como os não-humanos fazem parte dos humanos (Baniwa, 2006: 102).

Percebemos essa presença epistêmica tanto individualmente, quando um(a) indígena atua em seus cursos, dialogando, apresentando trabalhos, convivendo, quanto nas ações e eventos promovidos por coletivos indígenas, que trazem outras formas possíveis de se entender o mundo e se viver, como a perspectiva do Bem-Viver, que está relacionado à “dinâmica do tempo indígena, que é circular, e segue uma velocidade mais lenta que a sentida e percebida na cidade” (Kambeba, 2020: 53), sendo:

o produto de todo um acúmulo histórico milenar, que provém de suas vivências de milhares de anos atrás, assim como das experiências de luta de resistência de nossas organizações. [...] é uma proposta, produto de seu processo de luta e mobilização constante. Mas esse modo de vida, o Sumak Kawsay, origina-se como o centro da vida comunitária, é a essência do sistema de vida comunitária e se explica no exercício e na prática cotidiana das comunidades; é o elemento fundamental da matriz civilizatória de nossos Povos (Macas, 2010: 22-23).



E tendo como objetivo:

recuperar a Cultura da Vida e, recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a mãe natureza, com a Pachamama, onde tudo é VIDA, onde todos somos *uywas*, criados da natureza e do cosmos, onde todos somos parte da natureza e não há nada separado, onde o vento, as estrelas, as plantas, a pedra, o orvalho, os morros, os pássaros, o puma, são nossos irmãos, onde a terra mesma é a própria vida e o lar de todos os seres vivos (Choquehuanca, 2010: 10).

3. Relatos

3.1. Relato da mestranda indígena do povo Dessana

Me chamo Anacleide e o meu nome de benzimento em língua indígena é Diakarapó. Sou do povo Dessana e nasci na comunidade indígena Nossa Senhora de Fátima, conhecida como Comunidade Floresta, situada no Rio Tiquié. Desde 2003 minha família veio para São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Neste relato busco identificar e refletir sobre as etapas da minha vida acadêmica e pessoal que me levaram a ingressar no mestrado, partindo da ótica de uma mulher indígena. A partir das minhas inquietações e reflexões sobre os povos indígenas, escolhi o curso de pedagogia porque queria ser uma professora indígena comprometida com minha cultura. Me debruço sobre os caminhos percorridos até a conquista do objetivo de me formar em Pedagogia, tendo passado por dificuldades e enfrentado muitos desafios no processo de aprendizagem, mas me formei e aprendi a compreender a educação como prática transformadora da minha vida e de outras pessoas indígenas – crianças, jovens e adultos(as).

É importante destacar que a cultura indígena é dinâmica e a convivência com a população não indígena, e o nosso acesso às universidades não nos faz menos indígenas. A cultura sempre evolui, se movimenta conforme o tempo e o espaço, porque ela é o resultado das relações de uma sociedade. Portanto, ingressando nas universidades nós indígenas chegamos de vários povos e ali dentro divulgamos as nossas culturas para o fortalecimento da nossa identidade étnica.

Nestes termos, é importante destacar que considero que as minhas experiências vividas foram bem-sucedidas, apesar dos enfrentamentos diários conscientes ou não. As oportunidades de trabalho, estudo, de convivência com outras pessoas não indígenas ou indígenas, nas atividades acadêmicas, a condição de vida atual, além de poder estar em uma universidade



pública de renome, assim, tudo que vivi até o momento presente, a partir da minha compreensão da vida, minhas referências culturais e a relação com outros grupos indígenas, me tornaram a mulher que eu sou.

Mesmo com a visibilidade e valorização crescente das culturas indígenas, por meio de políticas públicas para o ingresso no ensino superior, muitas pessoas indígenas precisam resistir e lutar pela sobrevivência dentro da Universidade.

Na Universidade Federal de São Carlos tem presença de indígenas de várias etnias. Vejo que o ingresso pelo sistema de cotas é uma oportunidade que abre o caminho para o sonho de cada estudante indígena de permanecer na universidade e demarcar o espaço. Porém, o suporte da Universidade por meio dos programas de permanência disponibilizados ainda não atende todas as necessidades dos(as) indígenas durante a graduação e pós-graduação. Ingressar no Ensino Superior e na pós-graduação é ainda um grande desafio para todos(as) indígenas. É preciso muita luta e resistência.

Embora pensar que nós indígenas somos minoria dentro da universidade, a nossa presença dentro da UFSCar revela que temos uma grande força política e um esforço por ocupar um espaço como o Centro de Culturas Indígenas - CCI. O CCI é um espaço para a exibição de audiovisual indígena e para debates proporcionados pelos conteúdos de linguagens. É o espaço de reuniões junto os(as) alunos(as) representantes, em que as discussões são coletivas, sobre as nossas lutas por direitos e para a valorização de nossas culturas, idiomas, histórias e modos de viver. O CCI também realiza exposições de vários artesanatos, cada artesanato representa cada grupo dos indígenas.

Também o grupo de pesquisas NALDEIA, que é voltado para encontros dos(as) estudantes indígenas, é um espaço para apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e pesquisas que estão em andamento ou dos projetos apresentados para pós-graduação e também os temas que falam sobre as culturas indígenas, para que possamos compartilhar para estudantes e professores não indígenas as nossas culturas diferentes, de cada povo indígena do Brasil. Nós indígenas nos sentimos orgulhosos de demonstrar a nossa cultura e compartilhando nossos conhecimentos para não indígenas. Porque eu me sinto orgulhosa de mostrar quem sou eu e de qual etnia eu sou! Meu povo Dessana! Fazer parte do NALDEIA e do Projeto Aldear a Pós da UFSCar, pra nós indígenas é uma conquista, fruto das nossas lutas e das nossas vozes, atendendo nossos pedidos, apoiando nossa ida para a Pós-Graduação, que é nosso desejo.



Como Pedagoga Indígena, pretendo atuar futuramente na Educação Infantil, o que me leva a sentir a importância do tema do meu projeto de pesquisa de pós-graduação. Espero levar meus conhecimentos, minhas experiências para as aulas do mestrado e, futuramente, contribuir para meu povo. Contribuir no fortalecimento e autonomia da organização social das comunidades indígenas e não indígenas. Darei continuidade de contar as histórias dos indígenas de etnias e culturas diferentes, resgatando e revitalizando os aspectos linguísticos e socioculturais. Levarei para contribuir os conhecimentos teóricos e práticos, a construção de metodologias de ensino da língua materna, considerando o conhecimento prévio dos meus alunos e de minhas alunas, oferecendo a eles(as) desafios para aquisição de novos conhecimentos.

Por que quis fazer o mestrado? Fazer mestrado, primeiramente porque é um sonho pessoal e profissional. Pessoal, porque sinto necessidade de ter título de mestra, para representar significativamente todo o caminho que já percorri e todos os desafios na vida. Um sonho profissional, porque é um nível que pretendo galgar futuramente como pedagoga indígena, tendo em vista uma melhor qualificação profissional, um salário melhor e principalmente fazer parte do universo da pesquisa sobre a práxis docente e deixar um importante legado no contexto educacional futuramente!

Já consegui realizar o sonho de ingressar na Universidade Federal de São Carlos e me formar em Pedagogia, agora ingressei no mestrado em Educação na mesma universidade e ser mestra, com as bênçãos de Deus, será o próximo passo.

A minha experiência ao participar do processo seletivo foi muito boa. Eu me perguntei diversas vezes se eu conseguiria passar no processo seletivo para mestrado. E eu cheguei à conclusão que sim. Eu realmente acreditei no meu próprio propósito e pensei positivo.

Seguir firme e forte e com pensamentos positivos para construir o meu projeto de pesquisa para mestrado PPGE/UFSCar.

O tema escolhido foi “Processos educativos entre as crianças indígenas e não indígenas na hora de brincar na Unidade de Atendimento à Criança - UAC”. O tema do projeto está ligado com a pesquisa da educação infantil e quero futuramente ser professora da educação infantil. Depois da minha formação como pedagoga, sempre quis ser pesquisadora. Como surgiu querer ser pesquisadora dentro da UAC? Surgiu a vontade de ser pesquisadora quando fui estagiária da disciplina obrigatória e estágio voluntária, durante a minha graduação.



Pesquisar junto das crianças indígenas e não indígenas na UAC, é uma grande oportunidade de contribuir para o conhecimento sobre as relações que ali são estabelecidas, tanto das crianças indígenas de povos diferentes quanto dessas com as não indígenas. Entender como isso acontece e com minha pesquisa apoiar essa presença indígena e quem sabe apresentar sugestões para melhorar as condições delas lá, de suas aprendizagens e da troca de conhecimentos que podem fazer se tiverem oportunidade.

3.2. Relato do mestrando indígena do povo Pankararu

Meu nome é Pedro. Sou indígena da T.I Pankararu que fica localizada nas cidades de Jatobá-PE, Tacaratu-PE e Petrolândia-PE. Sou formado em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos-SP na qual também sou Mestrando em Educação atualmente, pesquisador indígena com ênfase em literatura indígena, com o tema “Literatura indígena: presença e impactos na educação a partir da lei 11.645/08”, na linha de pesquisa Estado, Política e Formação Humana, no PPGE/UFSCar.

Este relato traz um pouco da minha trajetória dentro da universidade, desde que ingressei em 2018 pelo programa de ações afirmativas implementado na UFSCar no ano de 2007, sendo realizado em 2008 o seu primeiro vestibular indígena, desde então, ano após ano, o número de estudantes indígenas só vem aumentando. No ano de 2018 ingressei no curso de Pedagogia matutino, onde passei por um processo de adaptação para entender aquela nova realidade de graduando, sendo um estudante indígena e pernambucano. Nos dois primeiros anos de curso pude conhecer e entender como era viver uma vida acadêmica e puder construir laços com outros parentes indígenas de outras regiões e etnias e de diferentes cursos.

Infelizmente no ano de 2020 a universidade é obrigada a implementar novo sistema de ensino causado pelo Coronavírus o Ensino Não Presencial Emergencial-ENPE da universidade da UFSCar durou quase 2 anos isso me fez passar novamente por um outro processo de adaptação dentro do curso. Naquela ocasião permaneci na cidade de São Carlos-SP para poder desenvolver as atividades acadêmicas.

Ainda em novembro de 2020 assumi a responsabilidade de coordenar a VI Semana dos Estudantes Indígenas da UFSCar, sendo uma atividade importante para o coletivo e para a comunidade São Carlense um momento em que demarcamos a nossa presença na universidade e naquele ano e contexto era fundamental não deixar a semana passar em branco.



No ano de 2021, realizei o processo seletivo para o Programa de Educação Ações em Saúde Indígena, sendo um grupo de pesquisa que me possibilitou a desenvolver habilidades e crescimento pessoal e profissional principalmente no meio acadêmico como participações em eventos, produção de artigos, livros além de proporcionar organização de eventos acadêmicos como *Workshop* sobre saúde dos povos indígenas. Em 2023 voltamos à normalidade de termos aulas presencial na universidade onde precisei passar novamente um processo de readaptação já que estávamos voltando de quase 2 anos de aulas remotas e realizamos 3 semestres em 1 ano.

No último ano do curso em 2023 surgiu o convite de amigos de outras etnias para compormos uma chapa para as eleições do Centro de Culturas Indígenas (CCI), um dos maiores coletivos de estudantes indígenas do Estado de São Paulo. Desde então passei a ser secretário de finanças e estive à frente das demandas do coletivo como organizar eventos importante para o movimento estudantil indígena da UFSCar e tive a oportunidade de estar dialogando com a universidade levando demandas do coletivo, dialogando com município nas conferências municipais, levando sempre a as questões indígenas para órgãos do município.

Em paralelo a essas atividades estava participando do processo seletivo do programa de pós-graduação em educação, no qual obtive bons resultados, conseguindo obter aprovação e sendo mais uma vez o primeiro da minha família a conseguir ingressar na pós-graduação.

3.3. Relato da mestrandia indígena do povo Pataxó

Meu nome é Jocimara e também sou conhecida como Uara. Uará significa Garça na língua Patxohã, sou do povo Pataxó, que historicamente vive nos territórios dos estados da Bahia e Minas Gerais, nasci na aldeia Coroa Vermelha, que fica na cidade de Santa Cruz de Cabrália. Sou formada em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela UFSCar e atualmente sou mestrandia em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação da UFSCar e contarei um breve relato sobre minha vivência enquanto estudante indígena.

Meu percurso educacional foi formado entre a aldeia e a cidade, a comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha, possui características próprias, diante das peculiaridades de sua formação, como a urbanização e o contexto sociocultural na região onde a mesma está inserida. A disponibilidade de recursos educacionais, culturais e econômicos, contribuiu muito para a minha formação pessoal e para minha identidade enquanto ser mulher e ser indígena.



Ao me mudar para a cidade de São Carlos em São Paulo para estudar Biblioteconomia e Ciência da Informação na UFSCar, trouxe comigo aspectos da minha cultura original, e ao mesmo tempo pude absorver e integrar visões de mundos diferentes. Isso foi muito importante porque a princípio em qualquer cenário de adaptação, sempre há um choque de culturas. Na UFSCar por ser uma universidade moldada pelo tripé pesquisa, ensino e extensão e por haver pilares educacionais eurocêntricos, possui uma política de ações afirmativas, e dentro desse contexto de vivência universitária pude encontrar um apoio no centro de culturas indígenas.

O Centro de Culturas Indígenas é uma comunidade na qual me orgulho de fazer parte, pois é onde encontramos apoio e nos sentimos em casa, um lugar que vai além de um espaço físico, onde podemos promover a visibilidade da cultura dos povos indígenas, um lugar onde podemos ser protagonistas da nossa própria história sendo representantes em conselhos universitários ou ensinando ao público universitário por meio da educação e conscientização para o público mais amplo a importância e a valorização da existência dos povos indígenas.

Durante o meu percurso na UFSCar realizei algumas atividades referente a temática cultural indígena como feiras, exposições de artesanato, palestras nas escolas, universidades, contribuindo na organização do evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no qual foi realizado a primeira SBPC Indígena em São Carlos e também em organizações da Semana dos Estudantes Indígenas da UFSCar. Poder contribuir em eventos e ações do CCI é muito gratificante e enriquecedor, pois viver os bastidores desses acontecimentos e compartilhar experiências com os parentes indígenas é um verdadeiro aprendizado onde acolhemos e somos acolhidos, nesse sentindo viver o companheirismo as trocas de informação, e ver o resultado desse movimento é o que mais importa no meu ponto de vista.

Atualmente nós estudantes indígenas estamos com uma ação de aldear a pós-graduação da UFSCar, tendo em vista que ainda é carente a presença de estudantes indígenas nesse âmbito da universidade, e uma das ações do projeto é promover oficinas que abrangem, a organização de oficinas de normatização de documentação com a ABNT, a oratória em seminários de apresentação de trabalho de conclusão de curso e publicações de pesquisas científicas. A intenção do projeto NALDEIA é promover ações que possam instruir o estudante que queira percorrer o itinerário de uma vida universitária na pós-graduação e preparar o território para



que o estudante não se depare com dificuldades que possam ser consideradas triviais no seu percurso acadêmico.

A presença e a participação ativa de estudantes indígenas nas universidades podem transformar essas instituições em espaços de saberes, de promoção à cultura, diversidade e preservação do meio ambiente. E isso só é possível com o amparo de política de ações afirmativas e permanência estudantil e a participação efetiva de estudantes indígenas no ensino, pesquisa e extensão que envolvam temas relevantes conduzidos em colaboração com os mesmos e promovendo o protagonismo deles dentro do ambiente acadêmico.

Como estudante de mestrado, meu tema de pesquisa é “Povos Indígenas na Ciência da Informação”. Com essa pesquisa busco compreender a forma como os povos indígenas vêm sendo representados na Ciência da Informação. O problema da pesquisa propõe identificar, por meio de pesquisas científicas, as abordagens e as temáticas sobre os povos Indígenas no campo da Ciência da Informação. Visto que, o conhecimento que a sociedade em geral tem dos povos originários é muito raso e estereotipado. Também é uma forma das comunidades indígenas reconstruírem suas próprias histórias, possibilitando maior acesso e disseminação das cosmologias e visões de mundo para a sociedade indígena e não indígena. Desse modo, reconhecer a produção acadêmica a respeito dos povos indígenas é uma garantia de maior visibilidade que permite desfazer preconceitos, estereótipos e lacunas de conhecimentos superficiais enraizados na sociedade brasileira.

4. Nossas Considerações

“As pessoas falam que somos indolentes, mas nós somos persistentes. Caminhamos em direção ao futuro sempre nos rastros de nossos antepassados” disse Marcos Terena, liderança indígena e titular da Cátedra Indígena Internacional, em sua fala no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2018: s.p.) e completou: “Precisamos ter índios que se formem médicos, engenheiros, estatísticos, antropólogos. São eles que vão cobrar da sociedade brasileira a política indigenista que não foi feita no passado” (ABRASCO, 2018: s.p.).

Nesse sentido, a inclusão de estudantes indígenas na graduação e mais recentemente nos programas de pós-graduação, é um avanço, que não apenas amplia a presença indígena na universidade, como reconhece e difunde os conhecimentos indígenas, enriquecendo a



diversidade cultural e intelectual do meio acadêmico, transformando-a em um espaço de resistência política para esses povos, como pudemos observar nos relatos o quanto essas conquistas são cruciais para os(as) aprovados(as), suas famílias e para os movimentos indígenas. Entendemos que essa transformação acadêmica é fundamental para a construção de um ambiente de ensino superior verdadeiramente inclusivo e plural, o que contribui para uma sociedade mais justa e que respeite a diversidade.

Diante dos desafios enfrentados por indígenas na universidade é necessário reconhecer o papel fundamental das políticas de ações afirmativas na busca por equidade e inclusão. Essas políticas, conquistadas com muita luta pelos movimentos indígenas, apesar dos avanços, ainda apresentam falhas, especialmente na pós-graduação, sendo em geral insuficientes, já que a quantidade de indígenas matriculados nas instituições de ensino superior ainda está longe do que seria desejável e necessário para uma sociedade verdadeiramente inclusiva aos povos originários.

Essa realidade nos leva a refletir sobre a necessidade de reestruturar e aprimorar as políticas de ações afirmativas já existentes e criar novas propostas que rompam essas ausências e exclusões. O fato de que ainda há poucos indígenas ocupando espaços acadêmicos é um alerta para a urgência de medidas mais eficazes. Afinal, a representatividade não deve ser apenas numérica, apesar de esse ser um início, ela deve ser substancial e transformadora, também atingindo os currículos e as bibliografias dos cursos, com temáticas e autores(as) indígenas, as metodologias, as estruturas da instituição e a própria cultura universitária.

Todas as ações mencionadas nos relatos anteriormente apresentados, a nosso ver, são atos decolonizantes. Elas visam romper com padrões históricos de exclusão e marginalização, proporcionando nas jornadas de estudantes indígenas na graduação e pós-graduação oportunidades reais de interculturalidade nas quais esses(as) indígenas contribuem para a ampliação dos horizontes do conhecimento e da pesquisa dentro e fora da universidade, rompendo as estruturas de exclusão e racismos historicamente construídos e que vem sendo reforçados, perpassando por anos pelos sistemas educacionais. Mudar essa realidade é um compromisso coletivo, que envolve não apenas as instituições de ensino, mas toda a sociedade, de forma a garantir que a diversidade seja efetivamente um dos pilares fundamentais de uma educação verdadeiramente transformadora.



Além de sua contribuição no âmbito acadêmico, os(as) pós-graduados(as) podem contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, combater desigualdades sociais e educacionais, e trazer novas perspectivas para enfrentar desafios contemporâneos, como os impactos cada vez mais perceptíveis da ação humana sobre o meio ambiente, em especial aqueles relacionados às mudanças climáticas, que têm colocado em risco a sustentabilidade da vida no planeta, no que seria uma nova era geológica, o Antropoceno (Crutzen, 2006).

Atuando no aldeamento dos saberes e espaços, a ação de pesquisadores(as) indígenas é uma forma de descolonizar a universidade, em termos de conhecimentos acadêmicos e em termos de diálogos no dia a dia, ou seja, a teoria e a prática são modificadas de acordo com os conhecimentos ancestrais trazidos por eles(as) de suas aprendizagens e vivências em seus povos, promovendo assim outras formas de se entender e se relacionar com a realidade.

Afinal, por que não ouvir os(as) próprios(as) indígenas sobre sua história, já que estavam aqui antes do Brasil existir? Por que não perguntar diretamente a eles(as) sobre as informações que falam sobre os seus modos de vivências, costumes e línguas que estão nos livros, escritos por não indígenas? Ouvir suas vozes, pautadas em conhecimentos milenarmente construídos, sobre como enfrentar a crise climática, a violência, a fome, as guerras e tantas outras questões que afligem a humanidade?

Os coletivos indígenas, como o CCI e o NALDEIA, são grupos com vários objetivos. A preservação cultural, o papel mobilizador, representativo e de acolhimento estão muito presentes no CCI. O estudo de obras e temáticas indígenas, a formação de pesquisadores(as) e o incentivo à produção acadêmica marcam o NALDEIA. A preparação e o apoio para o ingresso à pós-graduação são o foco do “Aldear a Pós da UFSCar”, assim como o aprofundamento em temáticas indígenas específicas move os PETs Indígenas. Todos são espaços de (re)afirmação da identidade indígena e de busca pela retomada de espaços na universidade e fora dela, como pudemos ver nos relatos.

Há mais de 15 anos os(as) indígenas de todas as regiões do país têm ingressado na UFSCar e em outras universidades, formando-se profissionais, pesquisadores(as) e professores(as) indígenas, transformando assim a vida de indivíduos(as) e comunidades historicamente desacreditados(as) pelo pensamento colonizado eurocêntrico. Vêm para somar e aprender, trocar saberes e ensinar os seus conhecimentos ancestrais, unindo passado, presente



e futuro, os(as) estudantes, pesquisadores(as) e coletivos indígenas são sementes e como diz Eliane Potiguara (2019: 34), escritora indígena, licenciada em letras e doutora *honoris causa*: “Não se seca a raiz de quem tem sementes espalhadas pela terra pra brotar”.

Referências

ABRASCO. 2018. *Eu posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou*. In: <https://abrasco.org.br/eu-posso-ser-quem-voce-e-sem-deixar-de-ser-quem-eu-sou/> (acessado em 20 de fevereiro de 2024).

AQUINO PEREIRA, Marcos José de et al. 2022a. *Processos Educativos do Centro de Culturas Indígenas: indigagem, acolhimento, desafio e conquista na Universidade Federal de São Carlos*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de São Carlos.

AQUINO PEREIRA, Marcos José de; SILVA PANKARARU, Geovane Diógenes da, SOARES TARIANA, Guanilce Falcão; SANTOS PANKARARU, Pedro Manoel da Silva. 2022b. “Diálogos decoloniais, interculturais e entre epistemologias dos povos originários: a VI Semana dos Estudantes Indígenas da UFSCar”. In: SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; ULRICH, Claudete Beise; ANDRIOLI, Liria Ângela(orgs.). *Educação Popular: epistemologias, diálogos e saberes*. Volume I. Foz do Iguaçu: CLAEC.

AQUINO PEREIRA, Marcos José de; PATAXÓ ARAÚJO, Jocimara Braz de. 2024. “A cosmopolítica nos movimentos estudantis indígenas: o Centro de Culturas Indígenas da UFSCar como manifestação da indigagem/indigeneidade”. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro Oeste*, Cuiabá, (11)25: no prelo.

BONIN, Iara Tatiana. 2022. “Demarcar as universidades: povos indígenas e ações afirmativas na Pós-Graduação brasileira”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, 17:1-26.

BRASIL. 2016. *Portaria Normativa Nº13, de 11 de maio de 2016*. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. MEC: Diário Oficial da União: seção 1:47-47.

CALLEGARI, Fernanda Vieira Rodovalho; SANTOS NETO, Cristiano dos; CARBOL, Maristela. 2015. “A Educação Tutorial no Grupo PET-Indígena Ações em Saúde da UFSCar Missão, processo de ensino aprendizagem e práticas formativas”. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro (Org.). *Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil: povos indígenas e os novos contornos do Programa de Educação Tutorial/Conexões de saberes*. Rio de Janeiro: E-papers, p.181-194.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2015. “Os Povos Indígenas na América Latina Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos” (LC/L.3893), Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas.



CHOQUEHUANCA, David. 2010. “Hacia la reconstrucción del Vivir Bien”. *América Latina en Movimiento*, Quito (Ecuador), (452):6-13.

CLANDININ, Jean; CONELLY, Michael. 2011. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU.

CLAUDINO KAINGANG, Zaqueu Key. 2013. *A formação da pessoa nos pressupostos da tradição: educação indígena Kanhgág*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRUTZEN, Paul. 2006. “The Anthropocene”. In: EHLERS, Eckart; KRAFFT, Thomas. (Orgs.). *Earth System Science in the Anthropocene*. Berling: Springer, p.13-18.

DAL’BÓ, Talita Lazarin. 2010. *Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre “cultura” e “conhecimento tradicional”*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos.

DENEVAN, William Maxfield. 1976. *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison, University of Wisconsin Press.

DOEBBER, Michele Barcelos. 2017. *Estudantes indígenas nas graduações da UFRGS: movimentos de re-existência*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREITAS, Ana Elisa de Castro (Org.). *Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil: povos indígenas e os novos contornos do Programa de Educação Tutorial/Conexões de saberes*. Rio de Janeiro: E-papers, p.181-194.

GRAÚNA, Graça. 2010. *Criaturas de Ñanderu*. Barueri: Manole.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo: segunda apuração*. In: https://biblioteca.ibge.gov.br/media/com_catalogo/images/icone_download.gif (acessado em 15 de fevereiro de 2024).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2012*. In: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2012.zip (acessado em 15 de fevereiro de 2024).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2022*. In: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2022.zip (acessado em 15 de fevereiro de 2024).



JECUPÉ, Kaká Werá. 2020. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. 2. ed. São Paulo: Peirópolis.

JODAS, Juliana. 2019. *A luta também é com a caneta: Usos e sentidos da universidade para estudantes indígenas*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp.

KAMBEBA, Márcia Wayna. 2017. “Literatura indígena da oralidade à memória escrita”. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, p.39-44.

KAMBEBA, Márcia Wayna. 2020. “De Márcia Kambeba para sua avó Assunta (em memória)”. In: COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael (Orgs.). *Cartas para o Bem Viver*. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, p.51-54.

KAYAPÓ, Edson; SCHWINGEL, Kassiane. 2021. *Universidade: território indígena!* Porto Alegre: COMIN: Fundação Luterana de Diaconia.

KEME, Emil. (2018). “Para que Abiayala viva, las Américas deben morir: Hacia una Indigeneidad transhemisférica”. *Native American and Indigenous Studies*. Minnesota, 5(1):21-41.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia. das Letras.

KRENAK, Ailton. 2015. O movimento indígena e a Constituição de 1988. In: COHN, Sergio (Org.). *Encontros: Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, p.216-227.

KRENAK, Ailto. 2018. “A presença indígena na universidade”. *Maloca - Revista de Estudos Indígenas*. Campinas, 1(1):9-16.

KRENAK, Ailto. 2020. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.

LUCIANO BANIWA, Gersem José dos Santos. 2006. *O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional.

LUCIANO BANIWA, Gersem José dos Santos. 2019. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced.

MACAS, Luis. 2010. “El sumak kawsay”. *Revista Yachaykuna*, Quito, Ecuador, (13):13-39.

MUNDURUKU, Daniel. 2012. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas.



_____. *O que a teoria do bem viver dos povos indígenas nos ensina sobre o presente.* [Entrevista concedida a] Angélica Ksyvickis Huck. In: <https://minabemestar.uol.com.br/teoria-do-bem-viver-povos-indigenas/> (acessado em 2 de março de 2024).

NUNES, Mônica. *O belo documentário “Pisar suavemente na terra” aponta caminhos para o futuro da Amazônia a partir do olhar indígena e ancestral.* In: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/o-belo-documentario-pisarsuavemente-na-terra-aponta-caminhos-para-o-futuro-da-amazonia-a-partir-do-olhar-indigenae-ancestral/> (Acessado em 24 de fevereiro de 2024).

PALADINO, Mariana. 2012. “Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, 7(Número Especial):175-195.

PAULINO, Marcos Moreira. 2016. “Mais de uma década da primeira política de ação afirmativa para povos indígenas: novos elementos para debate”. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: E-papers, p.123-150.

POTIGUARA, Eliane. 2018. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumin.
SAHAGOFF, Ana Paula. 2015. “Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana”. In: *Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq*. Uberlândia, Centro Universitário Ritter dos Reis.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez.
SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO (SEMESP). 2023. *Alunos declarados indígenas no ensino superior aumentam 374%*. In: <https://www.semesp.org.br/noticias/alunos-declarados-indigenas-no-ensino-superior-aumentam-374/> (acessado em 10 de fevereiro de 2024).

SILVA, Petronilia Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. 2003. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

SOUZA, Elizeu Clementino de. 2006. “A arte de contar e trocar experiências: Reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação”. *Revista Educação em Questão*. Natal, 25(11):22-39.